



Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas

Concurso Público 2011

Analista de Controle de 3ª Classe

Prova Objetiva | 11/09/2011

Analista de Controle de 3ª Classe

Instruções:

- ▶ Você deverá receber do fiscal:
 - a) um caderno com **100 (cem)** questões, sem repetição ou falha;
 - b) uma folha destinada à marcação das suas respostas.
- ▶ Ao receber a folha de respostas, você deve:
 - a) conferir se seu nome, número de identidade, cargo e especialidade estão corretos.
 - b) verificar se o cargo e a especialidade que constam nesta capa são os mesmos da folha de respostas. **Caso haja alguma divergência, por favor comunique ao fiscal da sala.**
 - c) ler atentamente as instruções de preenchimento da folha de respostas.
 - d) assinar a folha de respostas.
- ▶ É de sua responsabilidade preencher a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção.
- ▶ Você deverá preencher a folha de respostas utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- ▶ Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por erro cometido por você.
- ▶ As questões da prova são identificadas pelo número que se situa acima do enunciado.
- ▶ O tempo disponível para essa prova é de **5 (cinco) horas**, incluindo o tempo para a marcação da folha de respostas.
- ▶ Você somente poderá levar o caderno de questões caso permaneça em sala até 30 (trinta) minutos antes do tempo previsto para o término da prova.
- ▶ Ao terminar a prova, você deverá entregar a folha de respostas ao fiscal e assinar a lista de presença.

ISAE

Instituto Superior
de Administração
e Economia

Língua Portuguesa

Texto I

Por que cometemos atos falhos?

Por que você trocou o nome da namorada na hora H? Freud explica, mas é bom já saber que a neurociência discorda dele. Segundo a psicanalista Vera Warchavchik, a primeira explicação veio no livro *Psicopatologia da vida cotidiana*, de 1901, em que Freud descreveu o ato falho como uma confusão com um sentido maior por trás. Ou seja, para Freud, você fala “sem querer querendo”. Isso aí: todos temos nossos momentos Chaves.

Já a neurociência considera esse deslize um esquecimento corriqueiro sem nenhum significado especial. Ele acontece porque, ao contrário de uma filmadora, o cérebro não grava todos os mínimos detalhes dos acontecimentos, mas apenas as informações principais. Quando ativamos nosso banco de dados para buscar a situação completa, ele monta esses dados como se editasse um filme. E, para ligar uma coisa a outra, preenche as lacunas com algumas invenções. Pronto! É exatamente nesse momento que surgem as confusões, que, se pegarem mal, serão consideradas atos falhos. A contragosto dos psicanalistas, seriam simples e pequenos *tilts* na memória sem nenhuma razão oculta. Por isso, na próxima vez que der uma mancada na cama, diga que a culpa é do seu cérebro.

(Natália Kuschnaroff)

1

Com relação à pergunta do título, o texto I defende a seguinte resposta:

- (A) por causa da memória, que preenche suas lacunas com a primeira coisa que vem à mente.
- (B) em função de razões ocultas que provocam confusões, mesmo sem a consciência de que os cometeu.
- (C) em virtude de uma confusão provocada por um outro sentido maior por trás.
- (D) há mais de uma resposta explicativa e essas explicações apresentam sentido oposto.
- (E) porque a memória não grava todos os mínimos detalhes de nossas experiências, mas só as informações principais.

2

“Por que você trocou o nome da namorada na hora H?”. O pronome sublinhado no fragmento acima se refere:

- (A) a qualquer homem que leia o texto.
- (B) ao leitor específico de temas psicológicos.
- (C) a todos os leitores da revista.
- (D) a um leitor já conhecido do autor.
- (E) a um leitor que escreveu uma carta para a revista.

3

“...mas é bom saber que a neurociência discorda dele.”. A conjunção sublinhada tem valor adversativo, ou seja, opõe dois posicionamentos, que são:

- (A) Freud X psicanalistas.
- (B) psicanalistas X empiristas.
- (C) empiristas X psicólogos.
- (D) psicólogos X neurocientistas.
- (E) neurocientistas X Freud.

4

“Por que você trocou o nome da namorada na hora H?”. A respeito dessa pergunta inicial do texto, é correto afirmar que:

- (A) a frase seguinte – *Freud explica* – a responde de forma clara.
- (B) só é respondida pelos neurocientistas e não pelos freudianos.
- (C) estabelece um tom humorístico para todo o texto.
- (D) seleciona o tipo de leitor: homem adulto, casado.
- (E) tem por resposta a última frase do texto.

5

“...todos temos nossos momentos Chaves.”. A alusão contida nesse segmento do texto I se explica porque:

- (A) um artista de uma famosa novela da TV desempenhava o papel de um psicólogo confuso.
- (B) um personagem cômico televisivo repetia constantemente a frase “sem querer querendo”, que se aplica ao tema tratado.
- (C) em função de o vocábulo “chave” representar um elemento essencial, que esclarece todos os pontos.
- (D) em razão de o presidente da Venezuela – Hugo Chávez – estar continuamente envolvido em problemas políticos.
- (E) em virtude de o presidente venezuelano já ter passado por momentos de grande confusão social.

6

“...todos temos nossos momentos Chaves.” – o corretor de um editor de textos sublinhou a expressão “todos temos” como equivocada. Isso se justifica porque a concordância, nesse caso:

- (A) está, de fato, errada.
- (B) segue as regras da norma culta.
- (C) não se justifica pelos termos apresentados.
- (D) é feita pela proximidade de um termo.
- (E) obedece a normas portuguesas de Portugal.

7

“...se pegarem mal, serão considerados atos falhos.” A forma de reescrever-se esse mesmo segmento que apresenta **inadequação** quanto à correspondência dos tempos verbais é:

- (A) se pegassem mal, seriam considerados atos falhos.
- (B) se pegam mal, são considerados atos falhos.
- (C) se tivessem pegado mal, teriam sido considerados atos falhos.
- (D) se pegavam mal, eram considerados atos falhos.
- (E) se pegaram mal, consideram-se atos falhos.

8

“A contragosto dos psicanalistas, seriam simples e pequenos *tilts* na memória...”. A expressão a contragosto se justifica porque, para o autor do texto:

- (A) os psicanalistas sempre procuram uma razão oculta.
- (B) os opositores dos psicanalistas é que estão com a razão.
- (C) os partidários de Freud desconsideram a memória nesse processo.
- (D) os neurocientistas não apresentam motivos para os atos falhos.
- (E) a razão para os atos falhos já tinha sido explicada por Freud.

9

Apesar de um texto sobre tema psicanalítico, a expressão escrita apresenta traços da linguagem coloquial. Assinale a alternativa em que **não** há qualquer marca de coloquialidade.

- (A) “Por que você trocou o nome da namorada na hora H? Freud explica, mas é bom já saber que a neurociência discorda dele”.
- (B) “Ou seja, para Freud, você fala “sem querer querendo”. Isso aí: todos temos nossos momentos Chaves.”
- (C) “Já a neurociência considera esse deslize um esquecimento corriqueiro sem nenhum significado especial”.
- (D) “E, para ligar uma coisa a outra, preenche as lacunas com algumas invenções. Pronto! É exatamente nesse momento que surgem as confusões...”.
- (E) “Por isso, na próxima vez que der uma mancada na cama, diga que a culpa é do seu cérebro”.

10

Os neurocientistas apresentam uma opinião sobre o ato falho diferente da que é apresentada por Freud. No segundo parágrafo há um conjunto de expressões que visam a desmerecer a posição freudiana.

Assinale a alternativa em que a expressão ou vocábulo apresentado **não** possui essa finalidade:

- (A) “esquecimento corriqueiro”.
- (B) “pequenos *tilts* na memória”.
- (C) “os mínimos detalhes dos acontecimentos”.
- (D) “sem nenhum significado especial”.
- (E) “sem nenhuma razão oculta”.

Direito Constitucional**11**

As alternativas a seguir contemplam um dos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, mencionados no art. 1º da Constituição Federal, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- (B) Garantir o desenvolvimento nacional.
- (C) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- (D) Livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, independente de disposições de norma infraconstitucional.
- (E) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

12

Com relação aos direitos e garantias fundamentais constantes da Constituição, analise as afirmativas a seguir.

- I. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.
- II. Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.
- III. É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

13

Com relação aos direitos e garantias fundamentais constantes da Constituição, analise as afirmativas a seguir.

- I. A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito, desastre, para prestar socorro ou, durante qualquer horário, por determinação judicial.
- II. Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa, de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa fixada em lei.
- III. A criação de associações e a de cooperativas independem de autorização, não sendo exigida lei que as regule, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

14

Com relação aos direitos e deveres individuais e coletivos, analise as afirmativas a seguir.

- I. Constituem crimes inafiançáveis e imprescritíveis a prática de racismo e a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- II. Constituem crimes inafiançáveis e imprescritíveis a tortura e o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- III. Constituem crimes inafiançáveis e imprescritíveis o terrorismo e os definidos como crimes hediondos.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem incorretas.

15

Com relação aos direitos e deveres individuais e coletivos, analise as afirmativas a seguir.

- I. Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania ou, ainda, para proteger direito líquido e certo, não amparado por mandado de segurança.
- II. Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- III. O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional e organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

16

Com relação aos direitos sociais, analise as afirmativas a seguir.

- I. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, a remuneração do trabalho diurno superior à do noturno.
- II. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, o repouso semanal remunerado, obrigatoriamente aos domingos.
- III. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, o adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres, perigosas ou tediosas, na forma da lei.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver incorreta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver incorreta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver incorreta.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem incorretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem incorretas.

17

Com relação à organização do Estado, analise as afirmativas a seguir.

- I. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.
- II. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios recusar fé aos documentos públicos.
- III. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

18

As alternativas a seguir apresentam temas que competem, privativamente, à União legislar, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.
- (B) Serviço postal.
- (C) Comércio exterior e interestadual.
- (D) Águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão.
- (E) Trânsito e transporte.

19

As alternativas a seguir apresentam temas que competem, privativamente, à União legislar, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Sistemas de consórcios e sorteios.
- (B) Direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
- (C) Registros públicos.
- (D) Atividades nucleares de qualquer natureza.
- (E) Sistemas estatístico, cartográfico e de geologia nacionais.

20

As alternativas a seguir apresentam hipóteses de intervenção do Estado em seus Municípios, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Quando não forem prestadas contas devidas, na forma da lei.
- (B) Quando não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.
- (C) Quando o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.
- (D) Quando o Estado deixar de entregar aos Municípios receitas tributárias fixadas nesta Constituição, dentro dos prazos estabelecidos em lei.
- (E) Quando deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada.

Direito Administrativo**21**

Com relação à estrutura da Administração Pública, analise as afirmativas a seguir:

- I. Pertencem à Administração Pública indireta as seguintes entidades: sociedades de economia mista, empresas públicas, autarquias e fundações públicas.
- II. As entidades paraestatais compõem a Administração Pública direta.
- III. As entidades que compõem a Administração Pública indireta possuem personalidade jurídica própria.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

22

As alternativas a seguir apresentam elementos que compõem o ato administrativo, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Finalidade.
- (B) Forma livre.
- (C) Competência.
- (D) Objeto.
- (E) Motivo.

23

A modalidade de licitação pregão é regulamentada pela Lei 10.520/2002. Assinale a alternativa que traz a correta ordem de fases do procedimento do pregão.

- (A) Publicação do edital, habilitação, classificação, homologação e adjudicação.
- (B) Publicação do edital, habilitação, classificação, adjudicação e homologação.
- (C) Publicação do edital, classificação, habilitação, homologação e adjudicação.
- (D) Publicação do edital, adjudicação, habilitação, classificação e homologação.
- (E) Publicação do edital, classificação, habilitação, adjudicação e homologação.

24

A respeito de licitações, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) As licitações são regidas pelos princípios da impessoalidade e legalidade.
- (B) A realização da licitação é obrigatória, salvo nas hipóteses de inexigibilidade e dispensa.
- (C) A Lei 8.666/1993 prevê cinco modalidades distintas de licitação: concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão.
- (D) A licitação possui a natureza jurídica de ato administrativo complexo.
- (E) São finalidades da licitação, conforme dispõe a Lei 8.666/1993: observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

25

Assinale a alternativa que prevê a forma pela qual poderá ocorrer a rescisão do contrato administrativo.

- (A) Amigavelmente, mesmo não sendo conveniente para a Administração Pública.
- (B) Judicialmente, nos termos da legislação.
- (C) Unilateralmente, por ato informal da Administração Pública.
- (D) Unilateralmente, pelo contratado, nos casos de atraso superior a 30 (trinta) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados.
- (E) Unilateralmente, por ato formal da Administração, no caso de não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto.

26

As alternativas a seguir representam uma forma de provimento dos cargos públicos previstas pelo Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Amazonas (Lei 1.762, de 14.11.1986), **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Nomeação.
- (B) Promoção.
- (C) Posse.
- (D) Readaptação.
- (E) Reversão.

27

À luz da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos no seguinte caso:

- (A) um cargo de Juiz com outro técnico ou científico.
- (B) um cargo do magistério com o de Juiz.
- (C) dois cargos de professor.
- (D) dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
- (E) um cargo de professor com outro técnico ou científico.

28

As alternativas a seguir representam pena disciplinar prevista pelo Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Amazonas (Lei 1.762, de 14.11.1986), **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Demissão.
- (B) Redução salarial.
- (C) Cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
- (D) Suspensão.
- (E) Repreensão.

29

Com relação às regras previstas na Lei 2.794, de 6/5/2003, referentes aos recursos administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) Salvo previsão legal, a interposição de recurso administrativo depende de caução.
- (B) O recurso administrativo será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à autoridade superior.
- (C) Das decisões proferidas pelos dirigentes superiores das entidades da Administração descentralizada não caberá recurso.
- (D) O não conhecimento do recurso impede a Administração de rever de ofício o ato ilegal.
- (E) Salvo disposição legal específica, o prazo para interposição de recurso administrativo é de quinze dias, contados a partir do ato de intimação da decisão recorrida

30

Com relação aos prazos previstos na Lei 2.794, de 6/5/2003, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem serão praticados no prazo de cinco dias, salvo motivo de força maior.
- (B) Salvo motivo de força maior, devidamente comprovado, os prazos processuais não se suspendem.
- (C) Os prazos expressos em dias contam-se de modo contínuo.
- (D) A extrapolação dos prazos fixados para a Administração implica a nulidade do processo.
- (E) Os prazos começam a correr a partir da data da intimação ou divulgação oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

Regimento interno da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas

31

Com relação à constituição de Bloco Parlamentar, analise as alternativas a seguir.

- I. É vedada a formação de Bloco Parlamentar para atuação em caso isolado, sendo exigido o tempo mínimo de três meses de atuação do Bloco para o reconhecimento da legitimidade dos atos praticados em seu nome, sob pena de nulidade e das sanções disciplinares aplicáveis a seus membros.
- II. A agremiação que integrava Bloco Parlamentar dissolvido ou que dele se desvincular não poderá constituir ou integrar outro Bloco na mesma sessão legislativa.
- III. Os Partidos somente podem integrar no máximo três Blocos Parlamentares.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

32

O Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas estabelece que, para eleição da Mesa Diretora, é necessário o voto:

- (A) da maioria simples dos Deputados presentes na primeira sessão legislativa.
- (B) da maioria simples dos Deputados, presente a maioria absoluta.
- (C) da maioria absoluta dos Deputados.
- (D) de dois terços dos Deputados.
- (E) de três quintos dos Deputados.

33

Assinale a alternativa que apresenta a temática abrangida pela Comissão Permanente de Gestão Pública.

- (A) Política cultural, envolvendo a preservação e o desenvolvimento do patrimônio histórico material e imaterial.
- (B) Economia popular e repressão ao abuso do poder econômico.
- (C) Tributação, arrecadação, fiscalização e administração fiscal.
- (D) Estudos e projetos para o desenvolvimento estadual.
- (E) Obras e patrimônio públicos.

34

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, na parte legislativa, tem atribuição de:

- (A) adotar providências cabíveis, atendendo a solicitação de deputado para sua defesa judicial e extrajudicial, contra ameaça ou prática de atentado ao livre exercício e às prerrogativas constitucionais do mandato parlamentar.
- (B) elaborar o regulamento administrativo da Assembleia, interpretando, conclusivamente, em grau de recurso, as disposições nele contidas.
- (C) apreciar e decidir sobre a proposta de orçamento da Assembleia, enviando-a ao Poder Executivo para ser incluída no Projeto de Lei do Orçamento Anual do Estado.
- (D) permitir, sem ônus para o erário, sejam irradiados, filmados, ou televisionados os trabalhos da Assembleia, por veículo de comunicação social devidamente credenciado.
- (E) mudar temporariamente a sede da Assembleia, em caso de urgência e fato grave, *ad referendum* do Plenário.

35

As Comissões Especiais são constituídas para um fim determinado, devendo funcionar por prazo:

- (A) não superior a sessenta dias, prorrogável por igual período.
- (B) limitado à sessão legislativa na qual foram criadas.
- (C) de noventa dias, improrrogável.
- (D) de sessenta dias, improrrogável.
- (E) indeterminado.

Administração Pública**36**

A reforma administrativa levada a cabo pelo Governo Fernando Henrique Cardoso foi centrada no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), instrumento balizador da reestruturação do aparelho do Estado com o objetivo fundamental de combater a cultura burocrática que emperrava a Administração Pública.

Analise os objetivos relacionados a seguir.

- I. Aumentar a governança do Estado, ou seja, sua capacidade administrativa de governar com efetividade e eficiência, voltando a ação dos serviços do Estado para o atendimento dos cidadãos.
- II. Limitar a ação do Estado àquelas funções que lhe são próprias, reservando, em princípio, os serviços não-exclusivos para a propriedade pública não-estatal, e a produção de bens e serviços para o mercado para a iniciativa privada.
- III. Transferir da União para os estados e municípios as ações de caráter local: só em casos de emergência cabe a ação direta da União.

Assinale

- (A) se apenas o objetivo I integrava o PDRAE.
- (B) se apenas os objetivos I e II integravam o PDRAE.
- (C) se apenas os objetivos I e III integravam o PDRAE.
- (D) se apenas os objetivos II e III integravam o PDRAE.
- (E) se todos os objetivos integravam o PDRAE.

37

Com relação ao Governo Eletrônico, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) As ações do programa de Governo Eletrônico priorizam o uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC's) para democratizar o acesso à informação, visando ampliar o debate e a participação popular na construção das políticas públicas, como também aprimorar a qualidade dos serviços e informações públicas prestadas
- (B) A política de Governo Eletrônico do Estado brasileiro segue um conjunto de diretrizes baseado em três ideias fundamentais: participação cidadã, melhoria do gerenciamento interno do Estado e integração com parceiros e fornecedores.
- (C) O uso do Software Livre não deve ser entendido como um recurso estratégico para a implementação do Governo Eletrônico, mas como opção tecnológica acessória, a ser usada quando as demais opções estão indisponíveis ou são extremamente caras
- (D) A gestão do conhecimento é um instrumento estratégico de articulação e gestão das políticas públicas do Governo Eletrônico
- (E) A Inclusão Digital deve ser tratada como um elemento constituinte da política de Governo Eletrônico, sendo dela indissociável.

38

Correlacione a coluna da esquerda com as descrições apresentadas à direita

	() Conjunto de práticas que se refere, por exemplo, a portais ou outros sistemas informatizados que capturam e difundem conhecimento e experiência entre trabalhadores / departamentos.
I. Gestão Eletrônica de Documentos (GED)	() Conjunto de práticas ligadas ao controle da qualidade da informação apoiado pela automação do fluxo ou trâmite de documentos em que a automação de sistemas e processos de controle interno é implantada para simplificar e agilizar os negócios.
II. Sistema de Workflow	() Representação dos processos de seleção, captura, classificação, indexação, registro e depuração de informações. Tipicamente, envolve pesquisa contínua em instrumentos como bases de dados, árvores de conhecimento e redes humanas.
III. Ferramentas de Colaboração	() Prática que implica a adoção de aplicativos informatizados de controle de emissão, edição e acompanhamento da tramitação, distribuição, arquivamento e descarte de documentos.
IV. Gestão de Conteúdo	

Assinale a alternativa que apresenta a associação correta, na ordem de cima para baixo.

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II, IV, III e I.
- (C) III, II, IV e I.
- (D) III, II, I e IV.
- (E) II, III, IV e I.

39

"Não fazer acepção de pessoas. O tratamento diferenciado restringe-se apenas aos casos previstos em lei. A cortesia, a rapidez no atendimento, a confiabilidade e o conforto são valores de um serviço público de qualidade e devem ser agregados a todos os usuários indistintamente. Em se tratando de organização pública, todos os seus usuários são preferenciais."

(<http://www.copel.com/hpcopel>)

O texto faz referência ao seguinte princípio constitucional:

- (A) princípio da moralidade.
- (B) princípio da impessoalidade.
- (C) princípio da legalidade.
- (D) princípio da publicidade.
- (E) princípio da excelência.

40

De acordo com a Lei 8666, *nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.*

De acordo com a referida lei analise as afirmativas a seguir.

- I. As compras, sempre que possível, devem atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho.
- II. As compras, sempre que possível, devem ser processadas por meio de sistema de registro de preços.
- III. As compras, sempre que possível, devem submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado.
- IV. As compras, sempre que possível, devem ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade.
- V. As compras, sempre que possível, devem balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública.

Assinale:

- (A) se apenas as afirmativas I, IV e V estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas II, III e IV estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas I, II, IV e V estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas I, II, III e V estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Administração Financeira e Orçamentária

41

Assinale a alternativa que indica a parte do orçamento na qual estão inseridas as despesas com atendimento à saúde.

- (A) Orçamento Fiscal.
- (B) Orçamento Geral.
- (C) Orçamento da Seguridade Social.
- (D) Orçamento de Investimentos Sociais.
- (E) Orçamento de Atenção Básica.

42

Assinale a alternativa que indica o princípio orçamentário que estabelece que as receitas e as despesas devem constar no orçamento pelos seus totais, sem quaisquer deduções.

- (A) Princípio da Unidade.
- (B) Princípio da Exclusividade.
- (C) Princípio da Vinculação.
- (D) Princípio do Orçamento Bruto.
- (E) Princípio da Especificação.

43

Assinale a alternativa que apresenta matéria tratada na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

- (A) As metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes.
- (B) As normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.
- (C) A fixação das despesas orçamentárias do exercício financeiro em conformidade com o Plano Plurianual.
- (D) A definição dos programas, dos projetos e das atividades do orçamento.
- (E) A criação das funções e subfunções orçamentárias.

44

O Plano Plurianual, instrumento de planejamento da atuação governamental, estabelece:

- (A) as prioridades da administração pública.
- (B) as orientações sobre a elaboração do orçamento anual.
- (C) a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- (D) as orientações sobre as alterações na legislação tributária.
- (E) as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública.

45

O anexo de metas fiscais que está contido na Lei de Diretrizes Orçamentárias trata das matérias relacionadas a seguir, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) As metas anuais em valores correntes e constantes, relativas a receitas e despesas.
- (B) O resultado nominal e primário.
- (C) O montante da dívida pública.
- (D) A avaliação das metas do exercício anterior.
- (E) As medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado.

46

A ação de um programa orçamentário, cujo produto resultou em uma nova escola construída, constitui:

- (A) um projeto.
- (B) uma atividade.
- (C) uma operação especial.
- (D) um plano de trabalho.
- (E) uma despesa de custeio.

47

Assinale a alternativa que indica a quem compete a elaboração da Lei Orçamentária Anual do Governo Federal.

- (A) Ao Poder Legislativo.
- (B) Ao Poder Executivo.
- (C) À Comissão de Orçamento e Tributação do Poder Legislativo.
- (D) Ao Tribunal de Contas.
- (E) Ao Ministério da Fazenda.

48

Uma receita é classificada como de natureza extra-orçamentária, quando:

- (A) é arrecadada sem ter sido prevista no orçamento.
- (B) é arrecadada acima da previsão orçamentária.
- (C) não é arrecadada no exercício da previsão no orçamento.
- (D) não pertence ao governo, devendo ser restituída posteriormente.
- (E) é arrecadada no exercício seguinte ao da previsão orçamentária.

49

Considere as receitas a seguir:

Aluguel de imóveis	2.000
Amortização da dívida	3.200
Alienação de bens	1.700
Cauções recebidas	1.200
Cota parte royalties de petróleo	4.200
Depósitos judiciais	1.000
Fundo de Participação do Municípios (FPM)	6.250
ICMS	8.500
Imposto de Renda	4.300
Inscrição de despesas em restos a pagar	3.200
IPVA	2.000
ISS	3.750
Operações de crédito	3.000
Total	47.300

Assinale a alternativa que indica o valor total das receitas orçamentárias.

- (A) 41.900
 (B) 34.000
 (C) 38.900
 (D) 38.700
 (E) 47.300

50

Assinale a alternativa que indica a receita que é classificada como patrimonial.

- (A) Alienação de bens.
 (B) Transferências patrimoniais.
 (C) Aluguel de imóveis.
 (D) Serviços.
 (E) Amortização de empréstimos.

51

De acordo com a origem, as receitas da dívida ativa são classificadas como:

- (A) de capital.
 (B) derivadas.
 (C) tributárias.
 (D) outras receitas correntes.
 (E) judiciais.

52

A receita corrente líquida, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, é parâmetro para o cálculo do limite:

- (A) das despesas com saúde.
 (B) da dívida flutuante.
 (C) dos gastos com educação.
 (D) da despesa com pessoal.
 (E) das metas fiscais.

53

Assinale a alternativa que indica a denominação do crédito adicional, cuja autorização legislativa poderá constar na própria lei do orçamento.

- (A) Crédito Extraordinário.
 (B) Crédito Especial.
 (C) Crédito Suplementar.
 (D) Crédito Complementar.
 (E) Crédito Financeiro.

54

Analisar os dados a seguir:

DESPESA	VALOR
Folha pagamento de pessoal	12.000
Consignações da folha de pagamento de pessoal	2.000
Devolução das cauções recebidas em dinheiro	2.000
Contratação de serviços temporários	5.000
Compra de bens permanentes	6.000
Juros da dívida	4.000
Amortização da dívida	6.000
Restos a pagar	3.000
Devolução de depósitos judiciais	2.000

Com base nos dados acima, assinale a alternativa que indica o valor total das despesas correntes.

- (A) 23.000 (B) 24.000
 (C) 27.000 (D) 25.000
 (E) 21.000

55

O instrumento de organização da ação governamental, que visa à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual, é denominado:

- (A) projeto. (B) programa.
 (C) função. (D) subfunção.
 (E) atividade.

56

O Relatório Resumido da Execução Orçamentária contém, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o seguinte demonstrativo contábil:

- (A) Balanço Orçamentário.
 (B) Balanço Financeiro.
 (C) Balanço Patrimonial.
 (D) Demonstração das Variações Patrimoniais.
 (E) Demonstração dos Fluxos de Caixa.

57

Integram o Balanço Financeiro:

- (A) as receitas previstas.
 (B) as disponibilidades do exercício anterior.
 (C) a dívida fundada.
 (D) as despesas fixadas.
 (E) os bens patrimoniais.

58As contas que compõem a dívida flutuante do balanço patrimonial estão listadas a seguir, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Restos a pagar.
 (B) Serviço da dívida a pagar.
 (C) Depósitos de diversas origens.
 (D) Diversos responsáveis.
 (E) Consignações.

59

Assinale a alternativa que indica onde são demonstrados os créditos adicionais.

- (A) No balanço financeiro.
 (B) No resultado do exercício.
 (C) No balanço patrimonial.
 (D) Na demonstração do resultado.
 (E) No balanço orçamentário.

60

Para a abertura de créditos adicionais são utilizados os recursos provenientes do:

- (A) *superavit* financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior.
- (B) excesso de arrecadação apurado no balanço financeiro do exercício anterior.
- (C) *superavit* orçamentário apurado no balanço orçamentário do exercício anterior.
- (D) *superavit* apurado na demonstração das variações patrimoniais do exercício anterior.
- (E) *superavit* apurado no anexo de metas fiscais do exercício anterior.

Auditoria Governamental e Controle Externo

61

De acordo com a NBC PI 01, aprovada pela Resolução 781/95, o auditor interno deve adotar os procedimentos a seguir, **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A) Manter seu conhecimento atualizado segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade, as técnicas contábeis, especialmente na área de auditoria, a legislação inerente à profissão, os conceitos e técnicas administrativas.
- (B) Ter o máximo de cuidado, imparcialidade e zelo na realização dos trabalhos e na exposição das conclusões e, quando solicitado, prestar assessoria ao Conselho Fiscal ou órgãos equivalentes.
- (C) Respeitar o sigilo em relação às informações obtidas durante o seu trabalho, não as divulgando para terceiros, sob nenhuma circunstância, sem autorização expressa da entidade em que atua.
- (D) Responsabilizar-se pela equipe técnica, na medida em que supõe razoável a segurança, e que o trabalho não venha sendo executado por pessoas com capacitação profissional e com o treinamento requerido nas circunstâncias.
- (E) Apresentar os seus papéis de trabalho ao auditor independente e entregar-lhe cópias, quando este entender necessário, desde que previamente estabelecido com a administração da entidade em que atua e no âmbito de planejamento conjunto do trabalho a realizar.

62

Assinale a alternativa que apresenta os dois componentes do Risco de Distorção Relevante.

- (A) Risco inerente e risco específico.
- (B) Risco de controle e risco de evidência.
- (C) Risco de benefício e risco de custo.
- (D) Risco inerente e risco de controle.
- (E) Risco específico e risco de evidência.

63

A respeito das evidências de auditoria, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Compreendem as informações utilizadas pelo auditor para fundamentar as conclusões em que se baseia a sua opinião.
- (B) Incluem informações contidas nos registros contábeis subjacentes às demonstrações contábeis e outras informações.
- (C) Abrangem informações que sustentam e corroboram as afirmações da administração e informações que contradizem tais afirmações.
- (D) Comprovam que a confiabilidade da evidência é influenciada pela sua fonte e sua natureza e depende das circunstâncias individuais em que é obtida.
- (E) Correspondem ao risco de que o auditor expresse uma opinião inadequada quando as demonstrações contábeis contiverem distorção relevante.

64

A respeito da finalidade da auditoria governamental, assinale a afirmativa correta.

- (A) Comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos e fatos administrativos e avaliar os resultados alcançados quanto aos aspectos de eficiência, eficácia e economicidade da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, operacional, contábil e finalística das unidades e das entidades da administração pública.
- (B) Comprovar a legalidade, legitimidade e economicidade dos atos praticados pelos agentes da administração pública, nas esferas do governo federal, estadual e municipal sob a ótica da auditoria independente, observando a conformidade das normas aprovadas pelo Tribunal de Contas da União.
- (C) Examinar a regularidade e avaliar a eficiência e eficácia da gestão administrativa e dos resultados alcançados nas ações do governo, bem como verificar os processos de tomada de contas, em especial aqueles que versarem sobre atos que demandem ações que exijam a intervenção do Ministério Público Federal.
- (D) Apresentar subsídios para o aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos e gerenciais e dos controles internos administrativos dos órgãos da Administração Direta e entidades da Administração Indireta nas esferas de governo federal, estadual e municipal, seguindo especificamente as orientações do Conselho Federal de Contabilidade.
- (E) Apurar os atos e fatos inquinados de ilegais ou de irregulares, praticados por agentes públicos ou privados, na utilização de recursos públicos federais, estaduais e municipais e, quando for o caso, denunciar ao Poder Legislativo para que sejam tomadas as medidas administrativas pertinentes pelo Tribunal de Contas, com vistas ao ressarcimento dos danos.

65

A auditoria realizada ao longo dos processos de gestão, com o objetivo de atuar em tempo real sobre os atos efetivos e os efeitos potenciais positivos e negativos de uma unidade ou entidade, evidenciando melhorias e economias existentes no processo ou prevenindo gargalos ao desempenho da sua missão institucional, é denominada:

- (A) auditoria de avaliação da gestão.
- (B) auditoria de acompanhamento da gestão.
- (C) auditoria operacional.
- (D) auditoria contábil.
- (E) auditoria especial.

66

Assinale a alternativa que indica a forma de execução de uma Auditoria Governamental.

- (A) Direta Compartilhada.
- (B) Indireta Integrada.
- (C) Simplificada Descentralizada.
- (D) Direta Terceirizada.
- (E) Direta Centralizada.

67

Os testes de auditoria que visam à obtenção de evidências quanto à suficiência, exatidão e validação dos dados produzidos pelos sistemas contábil e administrativos da entidade, dividindo-se em testes de transações e saldos e procedimentos de revisão analítica, são denominados:

- (A) testes de observância.
- (B) testes substantivos.
- (C) testes de controle.
- (D) testes de evidências.
- (E) testes de conformidade.

68

A técnica de auditoria que consiste no exame usado para testar a efetividade dos controles, particularmente daqueles relativos à segurança de quantidades físicas ou qualidade de bens tangíveis, é conhecida como:

- (A) análise documental.
- (B) confirmação de cálculos.
- (C) inspeção física.
- (D) rastreamento.
- (E) exame de registros.

69

As alternativas a seguir apresentam as finalidades dos papéis de trabalho, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Auxiliar na elaboração das evidências de auditoria.
- (B) Evidenciar o trabalho feito e as conclusões emitidas.
- (C) Servir de suporte aos relatórios.
- (D) Constituir um registro que possibilite consultas posteriores.
- (E) Fornecer um meio de revisão pelos superiores.

70

As questões que podem afetar a forma e o conteúdo dos papéis de trabalho estão relacionadas nas alternativas a seguir, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) A natureza do trabalho.
- (B) A natureza e a complexidade da atividade da entidade.
- (C) A natureza e a condição dos resultados financeiros do exercício.
- (D) A direção, a supervisão e a revisão do trabalho executado pela equipe técnica.
- (E) A metodologia e a tecnologia utilizadas no curso dos trabalhos.

71

Assinale a alternativa que apresenta o objetivo geral do auditor ao conduzir a auditoria de demonstrações contábeis.

- (A) Obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro.
- (B) Apresentar relatório sobre as demonstrações contábeis e comunicar-se, como exigido pelas Normas Brasileiras de Contabilidade, em conformidade com as constatações do Conselho Federal de Contabilidade.
- (C) Considerar a participação de auditores internos e de especialistas na execução do trabalho na entidade auditada, e a possibilidade de as controladas e coligadas serem examinadas por outros auditores independentes.
- (D) Marcar as etapas e as épocas em que serão executados os trabalhos, de acordo com o teor da proposta de prestação de serviços e sua aceitação pela entidade auditada.
- (E) Documentar todos os procedimentos de auditoria programados, bem como sua extensão e oportunidade de aplicação, com o objetivo de comprovar que todos os pontos considerados relevantes foram cobertos pelo auditor independente.

72

Os métodos utilizados para a seleção de amostras estão relacionados a seguir, **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A) Seleção Aleatória.
- (B) Seleção Sistemática.
- (C) Seleção ao Acaso.
- (D) Seleção Alternativa.
- (E) Seleção de Bloco.

73

Assinale a afirmativa que completa o fragmento a seguir.

No exercício da função, o auditor julga a magnitude das distorções que são consideradas relevantes, porque esse julgamento fornece a base para _____

- (A) obter conhecimento das atividades da entidade, para identificar eventos e transações irrelevantes que afetem as demonstrações contábeis.
- (B) propiciar o cumprimento dos serviços contratados com a entidade dentro dos prazos e compromissos, posteriormente estabelecidos.
- (C) assegurar que as áreas menos importantes da entidade e os valores insignificantes contidos em suas demonstrações contábeis recebam a atenção requerida.
- (D) estabelecer a natureza, a oportunidade e a extensão dos exames a serem efetuados, em discrepância com os termos constantes na sua proposta de serviços para a realização do trabalho.
- (E) determinar a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco.

74

Assinale a alternativa que apresenta o momento em que ocorrem os eventos subsequentes.

- (A) Entre a data da publicação das demonstrações contábeis e a data do relatório do auditor independente se os fatos chegaram ao conhecimento do auditor independente após a data do seu relatório.
- (B) Entre a data do relatório do auditor independente e a publicação das demonstrações contábeis se os fatos chegaram ao conhecimento do auditor independente antes da data do seu relatório.
- (C) Após a data em que o relatório do auditor independente e as demonstrações contábeis auditadas estão disponibilizadas para terceiros.
- (D) Até a data do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.
- (E) Após a aprovação das demonstrações contábeis pelo conselho de administração.

75

A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, é exercida pelo:

- (A) Poder Legislativo, mediante controle interno, e pelo sistema de controle externo de cada Poder.
- (B) Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
- (C) Tribunal de Contas, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
- (D) Ministério Público, mediante controle jurisdicional, e pelo sistema de controle externo de cada Poder.
- (E) Poder Judiciário, mediante controle interno, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

76

Assinale a alternativa que indica a competência do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas sobre os processos que versarem sobre os atos concessórios de aposentadorias, de reforma ou de pensão.

- (A) Julgar a regularidade ou irregularidade da concessão.
- (B) Apreciar para fins de registro a legalidade da concessão.
- (C) Avaliar para fins de sustação do ato de concessão, quando cabível.
- (D) Fiscalizar a execução dos pagamentos para julgamento do débito.
- (E) Autorizar o pagamento dos benefícios por ato do Presidente do Tribunal de Contas.

77

De acordo com a Constituição Federal, compete ao Tribunal de Contas:

- (A) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.
- (B) julgar as contas dos responsáveis pela aplicação de recursos públicos, aplicando-lhes as penas de detenção e reclusão quando apurados desvios.
- (C) realizar auditorias de natureza operacional e de gestão, quando solicitado pelo Congresso Nacional, em conformidade com as orientações da Controladoria Geral da União.
- (D) apreciar, para fins de julgamento, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- (E) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, reclusão e multa.

78

Conforme estabelece a Constituição Federal, a prestação de contas compreende obrigação que deverá ser providenciada:

- (A) por qualquer pessoa que tenha a obrigação de comprovar a legalidade, legitimidade e economicidade dos atos que resultem obrigações realizadas com dinheiro público e privado.
- (B) somente por pessoa jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.
- (C) apenas por pessoa jurídica privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.
- (D) por qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumam obrigações de natureza pecuniária.
- (E) exclusivamente por pessoa física com o objetivo de comprovar a legalidade, legitimidade e economicidade da utilização dos recursos públicos colocados à sua disposição.

79

Com relação à jurisdição do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Ela abrange os que derem causa à perda, ao extravio ou a outras irregularidades de que resultem dano ao patrimônio do Estado e de seus Municípios.
- (B) Ela abrange os que respondem pela aplicação de quaisquer recursos repassados pelo Estado ou Municípios mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres.
- (C) Ela abrange os que respondem pela elaboração de editais de licitações e dos convites, os participantes das comissões julgadoras dos atos licitatórios, bem como os responsáveis e ratificadores de atos de dispensa e de inexigibilidade.
- (D) Ela abrange os que deixarem de prestar contas ou cujos atos estejam sujeitos à sua fiscalização por expressa disposição de lei.
- (E) Ela abrange os que sejam fiadores e representantes dos responsáveis, bem como os sucessores dos administradores que tenham sido indicados pelas entidades que exercem o controle social da administração pública.

80

De acordo com a Lei Orgânica 2493/96, no julgamento e fiscalização que lhe compete, o Tribunal e Contas do Estado do Amazonas decidirá sobre:

- (A) a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos e das despesas deles decorrentes.
- (B) a moralidade, a eficiência e a efetividade dos atos e das despesas deles decorrentes.
- (C) a eficiência, a eficácia e a efetividade dos atos e das despesas deles decorrentes.
- (D) a legitimidade, a efetividade e a eficácia dos atos e das despesas deles decorrentes.
- (E) a economicidade, a moralidade e a eficácia dos atos e das despesas deles decorrentes.

Contabilidade (Geral, Demonstrações e Pública)

81

Assinale a alternativa que apresenta a lei resultante do artigo 163 da Constituição Federal de 1988 que dispõe sobre as finanças públicas.

- (A) Lei 101/00.
- (B) Lei 4.320/64.
- (C) Lei 8.666/93.
- (D) Lei 11.638/07.
- (E) Lei 11.941/09.

82

Assinale a alternativa que apresenta uma receita extraorçamentária.

- (A) O recebimento de ICMS.
- (B) A restituição de caução.
- (C) A alienação de bens móveis.
- (D) A retenção de consignação de pessoal ativo.
- (E) O depósito de terceiros restituídos.

83

Para o Estado registrar o consumo de merenda em estoque, deverá movimentar as contas do sistema:

- (A) financeiro.
- (B) patrimonial.
- (C) orçamentário.
- (D) administrativo.
- (E) tributário.

84

Assinale a alternativa que apresenta um fato classificado em insubsistência do ativo.

- (A) Cobrança da dívida ativa.
- (B) Inscrição de dívida ativa.
- (C) Cancelamento de restos a pagar.
- (D) Baixa de bens móveis inservíveis.
- (E) Redução de dívida fundada pela variação cambial.

85

A aquisição de veículo para uso da Secretaria de Segurança do Estado é classificada como:

- (A) despesa corrente.
- (B) receita de capital.
- (C) mutação da despesa.
- (D) resultado aumentativo.
- (E) superveniência do ativo.

Analisar a tabela a seguir e responder às questões 86 a 90:

Rubrica	Valor \$
Inscrição da dívida ativa	12
Aquisição de material de consumo para estoque	25
Contratação serviço de terceiros com limpeza urbana	15
Amortização de empréstimo concedido	50
Tributos arrecadados	100
Pessoal ativo e encargos do período	50
Cobrança de dívida ativa realizada	20
Construção de posto de saúde	30

86

Assinale a alternativa que apresenta o valor total das despesas por mutação.

- (A) \$20
- (B) \$30
- (C) \$55
- (D) \$65
- (E) \$120

87

Assinale a alternativa que apresenta o somatório das receitas efetivas.

- (A) \$70
- (B) \$100
- (C) \$120
- (D) \$170
- (E) \$182

88

Assinale a alternativa que apresenta o somatório das despesas correntes constantes da execução do balanço orçamentário.

- (A) \$170
- (B) \$140
- (C) \$120
- (D) \$90
- (E) \$65

89

Assinale a alternativa que apresenta o resultado apresentado na demonstração das variações patrimoniais.

- (A) *superávit* de \$97
- (B) *superávit* de \$47
- (C) *superávit* de \$22
- (D) *déficit* de \$8
- (E) *déficit* de \$20

90

Considerando que o balanço financeiro do período não apresentou saldo inicial em “caixa, tesouraria, banco e disponibilidades” e que as receitas e as despesas listadas no enunciado passaram todas por caixa, é possível afirmar que o saldo em disponibilidade, que constará do Balanço Patrimonial do período findo, será de:

- (A) zero
- (B) \$10
- (C) \$30
- (D) \$50
- (E) \$80

Analisar os dados a seguir e responder às questões 91 a 96.

I. Aprovação da LOA com as seguintes rubricas:

Rubricas	Valores em \$
Impostos Diretos	8.000
Cobrança da Dívida Ativa	6.000
Alienação de Bens	3.000
Amortização de Empréstimos Concedidos	3.000
Multas de infração de trânsito	4.000
Pessoal Ativo	9.000
Material de Consumo para Estoque	5.000
Aquisição de Equipamentos novos	6.000
Serviços de manutenção	4.000

- II. Lançamento de 50% das receitas sujeitas ao mesmo.
- III. Empenhadas todas as despesas correntes e metade das despesas de capital.
- IV. Liquidada 80% das despesas de capital e 90% das despesas correntes.
- V. Arrecadadas e recolhidas as seguintes receitas:
 - a. 90% das receitas correntes já lançadas.
 - b. metade das receitas correntes não sujeitas ao lançamento.
 - c. 90% das receitas de capital.
- VI. Pagamentos realizados:
 - a. todo pessoal ativo.
 - b. os fornecedores oriundos de despesas de capital.

91

Assinale a alternativa que apresenta o valor a ser inscrito em Dívida Ativa Tributária.

- (A) \$400
- (B) \$600
- (C) \$4.400
- (D) \$6.600
- (E) \$9.600

92

Assinale a alternativa que apresenta o valor da execução da despesa orçamentária.

- (A) \$24.000
- (B) \$21.000
- (C) \$18.600
- (D) \$10.500
- (E) \$19.000

93

Assinale a alternativa que apresenta o valor da despesa de capital constante do balanço financeiro.

- (A) \$8.000
- (B) \$6.400
- (C) \$6.000
- (D) \$3.000
- (E) \$2.400

94

Assinale a alternativa que apresenta, respectivamente, os valores a serem inscritos em restos a pagar não processados e processados.

- (A) \$2.400 e \$8.100
- (B) \$1.800 e zero
- (C) \$9.900 e \$600
- (D) zero e \$3.000
- (E) \$2.900 e \$3.600

95

Assinale a alternativa que apresenta o somatório dos pagamentos realizados no período.

- (A) \$2.400
- (B) \$10.500
- (C) \$13.800
- (D) \$18.600
- (E) \$21.000

96

Assinale a alternativa que apresenta o resultado da execução orçamentária constante do balanço orçamentário.

- (A) *superavit* de \$3.300
- (B) *superavit* de \$4.800
- (C) *deficit* de \$10.500
- (D) *deficit* de \$7.200
- (E) *deficit* de \$4.800

97

Assinale a alternativa que apresenta as receitas sujeitas ao estágio denominado de lançamento.

- (A) Impostos e transferências constitucionais.
- (B) Empréstimos concedidos e dívida fundada.
- (C) Dívida flutuante e contribuições de melhoria.
- (D) Tributos e dívida ativa.
- (E) Multas e taxas.

98

Assinale a alternativa que apresenta o estágio de despesa pública em que ocorre o fato gerador por competência contábil do período.

- (A) Fixação.
- (B) Lançamento.
- (C) Empenho.
- (D) Liquidação.
- (E) Pagamento.

99

Assinale a alternativa que apresenta, na realização de alienação de bens de um município, os respectivos registros nos sistemas financeiro e patrimonial.

- (A) D – Disponibilidade e C – Receita de Capital
D – Mutação da Receita e C – Bens
- (B) D – Receita a Realizar de Capital e C – Receita Realizada de Capital
D – Disponibilidade e C – Bens
- (C) D – Previsão Inicial de Receita e C – Receita de Capital
D – Disponibilidade e C – Bens
- (D) D – Receita a Realizar Corrente e C – Receita Realizada Corrente
D – Disponibilidade e C – Alienação de Bens
- (E) D – Disponibilidade e C – Receita Corrente
D – Variação Patrimonial Ativa por Mutação e C - Bens

100

A inscrição da Dívida Ativa Tributária é realizada pela seguinte contabilização:

- (A) D – Dívida Ativa e C – Receita Corrente.
- (B) D – Contas a Receber e C – Dívida Ativa.
- (C) D – Receita a Realizar e C – Receita Corrente.
- (D) D – Dívida Fundada e C – Receita de Capital.
- (E) D – Dívida Ativa e C – Superveniência Ativa.

ISAE

Instituto Superior
de Administração
e Economia